



CENÁRIO POLÍTICO

Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br
(51) 981695392

O primeiro tiro

A Câmara Municipal começa a analisar, nesta terça-feira, requerimento para a instalação de uma CPI. A iniciativa partiu do vereador Talis Ferreira (PR) e conta com o apoio da bancada governista, formada por Rose Almeida, Josi Paz e Valdeci Alves de Castro, todos do PSB do prefeito Luiz Américo Aldana. O alvo da Comissão Parlamentar de Inquérito é o Loteamento Bela Vista, no bairro Estação, aquele conjunto de casas populares erguido na segunda gestão do ex-prefeito Percival de Oliveira com "pedras podres", segundo o ex-vereador Dorivaldo da Silva. A obra foi realizada em parceria pela Prefeitura e pela União, através do Banco Economisa e da empresa ProjetoCidades. O objetivo é investigar responsabilidades na construção, fiscalização e execução das residências. Ao defender a CPI, Talis recordou a época da ocupação das casas, feitas com material de baixa qualidade. Muitas já foram entregues com paredes e aberturas danificadas.

Agilidade - A criação de uma CPI para jogar luz sobre o episódio é necessária e foi defendida diversas vezes nesta coluna durante a legislatura anterior. Na época, porém, a maioria dos vereadores não demonstrou interesse no caso. Quem acabou agindo foi o Ministério Público. Em junho de 2013, o promotor de Justiça Thomás Henrique Coletto obtive liminar obrigando os responsáveis pelas obras a fazerem a recuperação das casas e algumas obras de infraestrutura num prazo de 90 dias. Infelizmente, o Tribunal de Justiça modificou a decisão e o processo se arrasta até hoje.

Em sua decisão, em 2013, a juíza Deise Vicente determinou a execução de vários serviços na área do loteamento, como o reboco de todas as paredes internas e o piso nas casas em que não foi colocado, pintura interna e externa e melhorias no terreno, para combater a umidade e a erosão. Ao todo, eram 162 casas no loteamento.



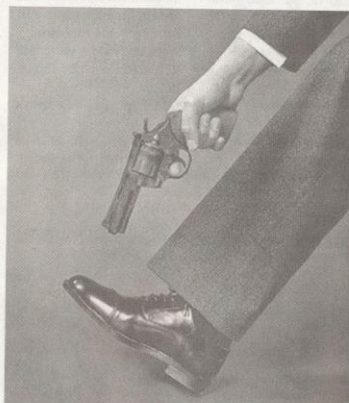
Sangrando - Votar a favor ou contra a instalação da CPI do Loteamento Bela Vista não será o resultado apenas das convicções pessoais de cada vereador. Vão pesar - e muito - os efeitos políticos desse gesto. Se a Comissão for criada, aliados do ex-prefeito Percival e seus assessores mais próximos viram alvo, o que pode gerar problemas no relacionamento com a bancada. Ele governou pelo PMDB e hoje está no PTB, legendas que, somadas, possuem quatro cadeiras no Legislativo. Se estes legisladores votarem a favor, vão atirar Percival aos leões.

Alvo - A proposição da CPI, com o apoio da bancada governista, deve ter ainda outro efeito. Depois de dois meses de relações cordiais entre o Palácio Rio Branco e a Câmara, foi disparado o primeiro tiro. Não contra os vereadores, mas no grupo que, durante toda a primeira gestão Aldana, tentou desestabilizar o governo, liderado pelo ex-vereador Renato Kranz, braço direito de Percival, de quem foi secretário de Educação. Há quem diga que ele segue atuando nos bastidores do Legislativo através da bancada do PTB.

Dinheiro público - Talis alegou, porém, que o loteamento foi feito com dinheiro público, ou seja, do contribuinte, do povo, e, por isso, é preciso investigar sua aplicação. Ele diz ainda que cerca de 40 famílias não são "originais" do loteamento, enquanto há aproximadamente 4 mil pessoas à espera de uma moradia em Montenegro. Outro problema que requer investigação.

Déficit - Ao embarcar no projeto da CPI, o governo Aldana demonstra disposição para o confronto, o que pode desencadear ações de retaliação da oposição: Diante das dificuldades financeiras enfrentadas neste começo de segundo mandato, as críticas à Administração tendem a se tornar cada vez mais duras. Nos corredores da Câmara, há quem acredite que o déficit de 2016, que até agora não foi divulgado, seria um excelente tema para CPI. Afinal, se na campanha eleitoral o prefeito disse que havia dinheiro sobrando em caixa, por que agora está cortando serviços e dando calote nos fornecedores?

Pé - Levando em conta que tudo pode acontecer, é possível que esse primeiro tiro acabe acertando o próprio pé do governo Aldana.



Sangrando - Do ponto de vista prático, uma CPI sobre o tema, nesta altura, não teria grande relevância. Em geral, quando o parlamento apura ilicitudes na esfera pública, o resultado é encaminhado ao Ministério Público para a adoção de providências. Neste caso, porém, o MP foi muito mais ágil do que os vereadores. As vantagens estão no campo político. Durante todo o inquérito, com ampla cobertura da imprensa, o antigo governo vai "sangrar", o que é péssimo para ex-gestores que ainda têm ambições políticas.

Ressalvas - Para a aprovação do requerimento, são necessários os votos de pelo menos seis dos dez vereadores. Embora diga que não é contra a formação da CPI, o peemedebista Felipe Kinn da Silva já questionou a utilidade da comissão, uma vez que se passaram cerca de dez anos desde a construção do loteamento. Ele defendeu mais empenho em relação aos problemas atuais do bairro, como falta de esgoto, iluminação e limpeza.

Dinheiro público - Talis alegou, porém, que o loteamento foi feito com dinheiro público, ou seja, do contribuinte, do povo, e, por isso, é preciso investigar sua aplicação. Ele diz ainda que cerca de 40 famílias não são "originais" do loteamento, enquanto há aproximadamente 4 mil pessoas à espera de uma moradia em Montenegro. Outro problema que requer investigação.

Situação de abandono

O vereador Cristiano Braatz (PMDB) aproveitou seu espaço na tribuna da Câmara, quinta-feira, para falar sobre a situação caótica em que se encontra o Parque Centenário. Ele mostrou várias fotos que confirmam tanto a importância desse espaço de lazer para a comunidade como o abandono. O vereador quer saber da Prefeitura quais são os planos em curto, médio e longo prazos para o espaço. Para isso, está agendada uma reunião, às 9h desta segunda-feira, na Câmara.

Escuro - O Parque Centenário está interditado para eventos desde dezembro do ano passado, devido à necessidade de substituição das instalações elétricas. Inclusive, à noite, o espaço que era usado para passeios e caminhadas está totalmente às escuras, justamente para evitar acidentes provocados, por exemplo, por algum curto circuito. A comunidade torce para que estes problemas sejam resolvidos logo, mas é difícil.

Sem ar

O calor dos últimos dias representa um sofrimento extra às crianças e aos professores que estão voltando das férias. A maioria das instituições públicas de ensino - estaduais e municipais - não possui salas de aula climatizadas. Em alguns casos, os pais até adquiriram os equipamentos via CPM, mas a concessionária de energia - a quem cabe suprir esta demanda - não parece muito disposta a investir em subestações. E tanto a Prefeitura quanto o Estado alegam não ter dinheiro.

Mais prazo

rio estadual da Fazenda, Giovanni Feltes, um ofício solicitando a prorrogação da obrigatoriedade de emissão da NF-e por parte dos produtores rurais integrados. A medida passa a valer no dia 1º de abril. Bacci recebeu a solicitação dos trabalhadores rurais integrados do Vale do Cai, mas esclarece que a preocupação é de todo o Estado.

Sensível - De fato, os produtores rurais ainda apresentam inúmeras dificuldades para implantação do sistema. Muitos não têm nem acesso à internet, visto que localidades mais afastadas sequer possuem sinal de rede, o que acaba inviabilizando a emissão de notas fiscais eletrônicas", justifica o parlamentar. Espera-se que o governo tenha um pingue de sensibilidade.

Rapidinhas

* Se não houver nenhum imprevisto, depois de cinco anos, os montenegrinos finalmente terão de volta a sua Biblioteca Pública no centro da cidade. A Administração Municipal quer fazer a reinauguração em 5 de maio. Será um presente para a comunidade no dia do aniversário do Município.

* Durante um processo de nomeação, a Câmara de Vereadores descobriu que o candidato a um cargo de confiança apresentou um documento falso. Em breve, deve ser formalizada uma denúncia na Polícia contra o "aprendiz de esperto".

* Os advogados Vinícius Kirsten e Adriano Bérnago trocaram de trabalhos. Kirsten, que até a alguns meses assessorava a Câmara de Vereadores de Montenegro, agora presta consultoria à de Parci Novo. E Bérnago, que atuava na cidade vizinha, passou a dar expediente na beira do Rio.

* O vice-prefeito Carlos Eduardo Müller voltou a aparecer em fotos ao lado do prefeito Aldana.